

ANÁLISE DE CONJUNTURA: TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA COLÔMBIA

LAURA BITENCOURT BANDEIRA RODRIGUES¹; LARA VEIRAS COLLARES²;
ROSANGELA MARIONE SCHULZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – laurabandeiraa@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – veirascollares@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rosangelaschulz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A história da Colômbia é marcada por contradições profundas entre modernização política e exclusão social, entre democracia formal e violência estrutural. No centro dessas tensões, a mobilização das mulheres ocupa um papel estratégico, desde as primeiras experiências de organização feminina no início do século XX até as atuais lutas feministas decoloniais, negras e comunitárias. O feminismo colombiano construiu-se em contextos de guerra, desigualdade e racismo estrutural.

O país, com uma população majoritariamente de mulheres, 51,18% (ACI, 2024), vem experienciando diversas dificuldades para prover a elas os diversos direitos. Poucos são os registros das lutas empreendidas pelas mulheres e pelo movimento feminista. A primeira publicação encontrada, registrada por LUNA e VILLARREAL (1994), compreende a criação do Centro de Emancipação da Mulher, em 1917, como o marco inicial da luta das mulheres colombianas.

A partir disso, o movimento de mulheres se desenvolve na Colômbia buscando diversas reivindicações, ocupando espaços na economia rural, nas universidades e, posteriormente, na guerra (LUNA; VILLARREAL, 1994). A complexidade da atuação política das colombianas torna necessário, conforme LUGONES (2014), uma análise de conjuntura, que busque por meio das perspectivas feministas decoloniais descolonizar o gênero, através de uma compreensão histórica das relações de opressão e resistência mobilizadas por essas mulheres. Assim, o objetivo é identificar os movimentos de mulheres no país, buscando compreender: como se articularam na história política colombiana; quais os limites e os avanços de institucionalização de direitos; como se constituem as disputas contemporâneas em torno de corpo, território e democracia.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido a partir de uma pesquisa qualitativa, que reuniu as produções que registram a evolução histórica dos movimentos de mulheres e do feminismo na Colômbia. A partir da revisão literária, identificamos as diferentes mobilizações das mulheres, a construção do movimento feminista, a institucionalização dos direitos, a relação dos feminismos com a guerra civil e o tratado de paz, o fortalecimento do feminismo decolonial. Desenvolve-se, assim, uma análise de conjuntura baseada na metodologia de SOUSA (2004), para compreender as lutas feministas na Colômbia entre 1917 e 2022. Partindo da identificação de acontecimentos centrais, da análise dos cenários importantes para a história das mulheres e de suas relações de força, busca-se evidenciar a potência de articulação do feminismo colombiano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os acontecimentos históricos revelam que o feminismo colombiano esteve presente nos principais marcos da vida política do país. Desde a fundação do Centro de Emancipação da Mulher (1917) e da greve operária liderada por Betsabé Espinosa (1919), a luta das mulheres se vinculou tanto à cidadania quanto à classe trabalhadora. A busca por direitos civis, iniciada nos anos 1930, estava focada na busca de suas liberdades (LUNA; VILLARREAL, 1994). O movimento sufragista se mescla a outras lutas para regular as relações das áreas urbanas e rurais, período marcado pela institucionalização da violência. Foi por meio da reivindicação das mulheres, começou a busca pela paz no país. Segundo Luna (2004), os movimentos liberais, conservadores e socialistas apoiavam o voto feminino e contribuíram para a conquista em 1954, ainda que em bases fortemente influenciadas pelo patriarcado e pela Igreja.

Na segunda metade do século XX, a participação de mulheres nas FARC abriu espaço para um feminismo insurgente, embora marcado por contradições e desigualdades internas de acesso e controle aos corpos das mulheres (MINILLO *et al.*, 2017). Este braço feminista das FARC diferia dos feminismos liberais e institucionais, ao demandar necessidades específicas das guerrilheiras, com protagonismo político no pós-acordo de paz (MERCADANTE; BLANCO, 2020). Mais tarde, a Constituição de 1991 e leis como a de reserva de vagas para cargos públicos para as mulheres em 2000, representaram avanços institucionais, enquanto a inclusão das mulheres no Acordo de Paz de 2016 e a descriminalização do aborto em 2022 se tornaram conquistas históricas frente à resistência conservadora (TOVAR, 2018; RUIBAL, 2014).

Para entender como progressos convivem com a violência, é importante analisar o contexto. A concentração de terras, a desigualdade racial e de gênero, e a militarização de territórios contribuem para a feminização da pobreza e do deslocamento forçado (CUERO, 2022). A chamada “guerra às drogas” intensificou a marginalização das mulheres camponesas, expondo-as à violência sexual e ao estigma da criminalização (DE CASTRO; OLIVEIRA, 2022). Essas dinâmicas reforçam a centralidade do corpo feminino como território de dominação, mas também de resistência.

A situação se dá de forma complexa, e envolve diversos atores. O movimento feminista colombiano, definido por LAMUS (2016) como polissêmico, engloba vertentes institucionais, insurgentes, comunitárias e decoloniais, e sua multiplicidade, que pode ser visto como uma vantagem. O Estado, apesar de promover avanços legais, tem sido omissivo em relação à violência armada (TOVAR, 2018), junto à atuação da Igreja Católica e setores neopentecostais que atuam como forças de contramobilização aos direitos sexuais e reprodutivos (RUIBAL, 2014). As guerrilhas, por sua vez, são espaços ambíguos, oferecendo tanto empoderamento quanto submissão para as mulheres combatentes (MINILLO *et al.*, 2017). Já as mulheres negras e indígenas se destacam como sujeitos políticos, promovendo o feminismo afrodiaspórico, que rejeita relações com o feminismo ocidental e busca sua centralidade nas vivências das mulheres negras em seus diferentes contextos, sendo um ato de amor, de busca por equidade, cuidado e justiça para mulheres negras/afrodescentes - um projeto de liberdade coletiva (FIGUEROA; HURTADO, 2020, p.) que une ancestralidade, oralidade e autogoverno comunitário à luta por justiça social.

A interação entre esses atores explica os avanços e limites do feminismo colombiano. O diálogo entre feministas e o governo resultou em reconhecimento legal e políticas públicas, mas enfrenta resistência do conservadorismo e da moral religiosa (TOVAR, 2018; RUIBAL, 2014). As mulheres farianas, aquelas que atuam na FARC e buscam uma liberdade coletiva, e o feminismo insurgente disputaram espaço de memória e legitimidade na construção da paz (MERCADANTE; BLANCO, 2020). Enquanto isso, feminismos negros e decoloniais expandem o debate, desafiando tanto o Estado quanto o feminismo branco dominante, propondo autogoverno, a ideia do corpo como território e a reparação histórica (FIGUEROA; HURTADO, 2020).

A força do feminismo colombiano reside na união dessas várias tendências. O movimento transcende um único foco de atuação, unindo diversas pautas: desde a batalha institucional por legislação e políticas públicas até o feminismo comunitário, que relaciona corpo e território. Sem esquecer o feminismo insurgente, que busca memória e liderança após o conflito, e o feminismo afrodiaspórico, que constrói laços internacionais. Essa diversidade, também marcada por conflitos internos, é o que garante a capacidade transformadora e que mantém vivo o movimento, que vai além da igualdade de gênero para propor um projeto político mais amplo de democratização social e reparação histórica.

4. CONCLUSÕES

A análise de conjuntura evidencia que o feminismo colombiano é resultado de uma longa trajetória de disputas entre estruturas excludentes e estratégias de resistência. Os acontecimentos mostram avanços como o voto, as políticas de gênero, o Acordo de Paz e a descriminalização do aborto, mas ainda revelam a persistência de desigualdades estruturais, que mesmo com a organização das mulheres em diversos campos, persistem limites estruturais de violência e da grande presença do conservadorismo.

Assim, o feminismo na Colômbia não deve ser entendido apenas como uma luta de gênero, mas como uma força política central na reconfiguração democrática do país. Como observa LAMUS (2016), sua polissêmica natureza lhe permite dialogar, resistir e transformar, afirmando-se como projeto coletivo de reconstrução social e de justiça decolonial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI - AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA. O World Factbook: Colômbia. Agência Central de Inteligência, 2024. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/colombia/> . Acesso em: 10 de agosto de 2025.

FIGUEROA, A; HURTADO, K. Feminismo afrodiaspórico: uma agenda emergente do feminismo negro na Colômbia/Afro-diasporic feminism: an emerging agenda of black feminism in Colombia. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 3, p. 1201-1223, 2020.

LAMUS, D. Resistencia contra-hegemónica y polisemia: conformación actual del movimiento de mujeres/feministas en Colombia. **Repositorio Institucional UNAL**, 2008.

LUNA, L. VILLARREAL, N. **Historia, género y política. Movimiento de mujeres y participación política en Colombia 1930-1991**. Barcelona: Seminario Interdisciplinar Mujeres y Sociedad, 1994.

LUNA, L. El sujeto sufragista feminismo y feminidad en Colombia 1930-1957. **Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad**. Cali: Ed. Manzana de la Discordia, 2004.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista estudos feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MERCADANTE, M. A. F.; BLANCO, R. La Paz También Tiene Rostro de Mujer: las Mujeres Farianas y el Feminismo Insurgente en el mantenimiento del sujeto colectivo postconflicto. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 1, p. 45-65, 21 jul. 2020.

MINILLO, X; et, al. Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 305–339, 2017. DOI: 10.30612/rmufgd.v6i11.6921. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6921>. Acesso em: 14 de junho de 2025.

SOUZA, H. **Como se faz análise de conjuntura social**. Petrópolis: Editora Vozes. 2004.

TOVAR, C. Conflicto armado y feminismo de Estado: la incursión de la problemática de la guerra en la acción pública para las mujeres en Colombia. **Foro: Revista De Derecho**, 2018.